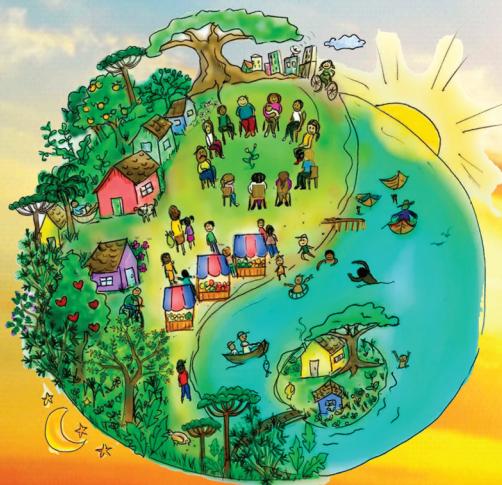


ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)



AGRONEGÓCIO

Agendas Socioeconômicas



AGRONEGÓCIO

Agendas Socioeconômicas

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)



BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão

Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyny Marques Ramos

Conselho Editorial

Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

Capa

Alokike Gael Chloe Houkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação

Elói Martins Senhoras
Paulo Henrique Rodrigues da Costa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se47 SENHORAS, Elói Martins (organizador).

Agronegócio: Agendas Socioeconômicas. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 407 p.

Serie: Administração. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-998359-9-5

1 - Administração. 2 - Agronegócio. 3 - Brasil. 4 - Economia.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Administração. IV - Série

CDD-658

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é
de exclusiva responsabilidade dos autores



OS IMPACTOS SOCIAIS DO CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM LUIS EDUARDO MAGALHÃES (BA)

Ricardo Barboza Alves

Cecília Mitie Ifuki Mendes

Augusto Hauber Gameiro

O presente capítulo comprehende a análise das relações da expansão da atividade agrícola produtora de grãos, especialmente a soja, na circunscrição do município de Luís Eduardo Magalhães, no estado da Bahia. O principal foco do estudo será compreender as consequentes transformações espaciais no desenvolvimento urbano da cidade, especialmente, no que se refere às questões sociais derivadas do impacto provocado pela efervescente e crescente produção nuclear da soja.

As atividades agrícolas sempre estiveram presentes na formação espacial do território brasileiro de uma forma consubstanciada nas propriedades agrícolas de algum produto nuclear (commodities como açúcar, café, algodão, laranja, cacau dentre outros).

Este estudo visa compreender o impacto como a expansão capitalista que encontrou no cerrado nordestino da Bahia uma nova fronteira agrícola condizente aos interesses produtivos da soja. Tal fato, proporcionou um ambiente dinâmico e florescente com a possibilidade de novos fluxos econômicos e atividades comerciais, sendo assim, o município passa a atrair um grande fluxo de migrantes, o que fez a área urbana crescer exponencialmente e de forma acentuada nos últimos anos.

Apesar deste ambiente propício para o crescimento econômico, o crescimento do agronegócio no município aconteceu às custas de desmatamento intenso do Cerrado e desigualdade social (WIDMARK, 2020).

Analisaremos o recorte temporal de 2000 a 2020, pois é o momento da emancipação do município e que ocorre uma exacerbada expansão dos habitantes decorrentes dos auspícios derivado da grande produção agrícola do município, quando a cidade assumiu por meio de uma estratégia de marketing o slogan “a capital do agronegócio baiano”, impulsionado pelo produto nuclear que é a soja.

Esse fenômeno produtivo da soja trouxe enormes recursos para o município na forma da arrecadação de impostos e, principalmente na alocação de negócios comerciais relacionados a suprir as necessidades de maquinário, produtos agrícolas e outros insumos necessários para o principal sistema produtivo do município.

Não obstante este crescimento acarretou uma série de transformações impactantes na área do município como o aumento da insegurança alimentar dos habitantes da região, a dificuldade no acesso à terra, o aumento de práticas como a grilagem de terras, o aumento da emigração para as cidades, além de impactos ambientais, principalmente em relação a biodiversidade e os recursos hídricos, em que este último já acarreta consequências de dificuldade de acesso a água pela população (LOPES; LIMA; REIS, 2021).

Sabe-se que a arquitetura da área urbana é uma construção humana que envolve aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, o município passou por um processo de reconstrução devido à dinamização provocada pelos novos agentes presentes na área urbana com o surgimento de novos prédios, condomínios, casas e áreas comerciais entre outros.

Esse florescimento modernista teve impulso pela sucessão de possibilidades derivadas da chegada de novos habitantes que buscam essa terra de oportunidades como o intuito de melhorar sua posição material e conseguir uma parte da fortuna proveniente da produção da soja, o que provoca um grande processo de modernidade e alteração do espaço urbano.

Apesar dessa modernidade com o crescimento da área urbana com sua nova arquitetura hodierna, fica a questão nodal em relação ao impacto social desse crescimento acentuado dos habitantes e das atividades do município.

Assim, visa-se analisar como a riqueza advinda da produção da soja é organizada para planejar uma melhor organização e distribuição das necessidades sociais dos habitantes que buscam o município. Destarte, vamos nos preocupar em compreender como a cidade trabalha e planeja o desenvolvimento social dos atributos necessários para uma vida adequada e digna aos habitantes do município.

METODOLOGIA

Foram analisados dados referentes à cidade de Luís Eduardo Magalhães, Bahia, na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos seguintes portais: Produção Agrícola Municipal (PAM), Censo Agropecuário 2006 e 2017, Censo Demográfico 2010, dados do Anuário de Emprego Formal da Bahia do ano de 2018 e dados do Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb).

Na produção agrícola municipal foram consideradas as culturas de algodão, milho (1^a e 2^a safras) e soja, no período de 2001



a 2019, nos quesitos produtividade, área plantada, quantidade produzida e valor da produção agrícola.

No Censo Agropecuário foram levantados dados referentes a características do produtor rural de lavouras temporárias do município, como sua condição legal em relação às terras, número de estabelecimentos agropecuários para cultivo de lavouras temporárias, sua dependência em relação a atividade e local da residência.

No Censo Demográfico 2010, foram levantados dados sobre a composição populacional do município e sua distribuição em zona rural e urbana, quantidade de trabalhadores por seção de atividade, além de indicadores de desenvolvimento, como Produto Interno Bruto per capita, média salarial dos habitantes e índice de desenvolvimento humano.

Para fins de comparação, os dados obtidos foram comparados com os dados estaduais no mesmo período. A análise dos dados foi realizada por médias, porcentagens e agrupamento dos dados em gráficos e tabelas, para isso, utilizou-se o programa Power BI Desktop® (2021), Microsoft. Os valores de salário, PIB e gastos da educação foram deflacionados para dezembro de 2020, utilizando o indicador IGP-DI, FGV.

Para analisar os dados usaremos os referenciais teóricos e metodológicos da longa duração de Fernand Braudel em uma perspectiva dialética com o intuito de analisar o hemisfério da produção, suas implicações na esfera da circulação e as repercussões na área do município (BRAUDEL, 2007), pois essa temporalidade braudeliana permite compreender as leis de mudanças fundamentada em fatos concretos com a disposição de compreender a realidade dos movimentos de construção e reconstrução das relações no espaço urbano (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002), onde visamos analisar a formação do espaço urbano como instância social

intimamente associado a materialidade e as ações dos homens (SANTOS, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gênese de formação da área do município de Luís Eduardo Magalhães está intimamente ligada ao deslocamento da produção de soja na área do Cerrado nordestino baiano por meio da expansão capitalista do agronegócio. A origem da ocupação espacial do futuro município começou ao redor do posto de gasolina Mimoso, em 1982, instalado em uma área estratégica na rodovia BR 020 no Km 90.

A excelente posição estratégica do posto em relação ao cultivo da soja atraiu uma grande movimentação de veículos, o que provocou uma ampliação dos serviços prestados pelo posto que ampliou a estrutura com novas áreas de comércio com o intuito de atender os novos clientes (SANTOS; RIOS, 2008).

Assim, essa área transformou rapidamente em um ponto de atração de uma onda migratória de pessoas oriundas da região sulina, especialmente gaúchos que criaram o loteamento Rancho Grande. Em 1996, a dinâmica da rápida expansão capitalista da soja com suas transformações do meio espacial geográfico provocou o crescimento da população para 10.000 habitantes, o que ocasionou o surgimento do povoado de Mimoso do Oeste (SANTOS; RIOS, 2008).

Segundo Mazoyer e Roudart (2010), os seres humanos executam alterações nos ecossistemas naturais originais por meio da busca da implantação de culturas exógenas, no qual transformam essas novas áreas em ecossistemas artificiais sobre o cuidado dos novos habitantes.

Essa dinâmica de modificação com ampla dinamização espacial da área ocupada provocou uma pressão dos habitantes do

povoado de Mimoso do Oeste que foi elevado a condição de distrito em 1997, por meio do projeto de Lei Nº 034 de 08 de outubro (Santos Filho; Rios, 2008).

No entanto, o processo da emancipação da área como município ocorreu por meio da Lei Nº 7.619 de 30 de março de 2000, o que tornou Luís Eduardo Magalhães o mais novo município da Bahia (SANTOS; RIOS, 2008).

Geograficamente a área do município se localiza na região Oeste da Bahia dentro do bioma Cerrado, onde faz parte da bacia hidrográfica do Rio das Ondas em que constitui parte da bacia do rio Grande – principal afluente do Rio São Francisco.

A formação geológica da bacia consolidou no final do Cretáceo (+/- 65 milhões de anos) com a predominância da Formação Urucuia, constituída por arenitos finos e médios com propensão a tornar-se mais argilosos na base.

O clima da bacia é o Tropical de Savana que apresenta uma sazonalidade bem definida em duas estações, o verão bem chuvoso de outubro a março e o inverno seco de abril a setembro (ALMEIDA; LATUF; SANTOS, 2016). A área territorial do município de Luís Eduardo Magalhães abarca 4.036,094 km², localizado na latitude 12° 5' 58" Sul e na longitude 45° 47' 54" Oeste.

Em 2010, possuía uma população de 60.015 habitantes com densidade demográfica de 15,25 hab./km², na qual 54.881 dos habitantes viviam na zona urbana e 5.224 na zona rural. Para 2020, a projeção é que a população do município atingiria 90.162 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que mostra a forte atração de pessoas para viverem no local devido à expressiva produção do agronegócio, especialmente da produção agrícola da soja.

Em 2019, a maior cultura do município tanto em área plantada, quantidade produzida e valor da produção foi a soja, seguida pela cultura do algodão em faturamento e a do milho em produção (Tabela 1). Este domínio da soja no município se deve ao fato da localização do mesmo, na região denominada MATOPIBA, que corresponde aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (LIMA *et al.*, 2019).

Tabela 1 - Estatísticas das produções agrícolas de Algodão, Milho e Soja em Luís Eduardo Magalhães-BA (2019)

	Algodão	Milho	Soja
Área Plantada (hectares)	18.991	18.800	177.610
Produção (Toneladas)	94.955	121.230	678.200
Produtividade (Kg/ha)	5.000	6.448	3.818
Valor da produção (Mil Reais)	R\$ 243.085,00	R\$ 60.979,00	R\$ 773.148,00

Fonte: IBGE (2021).

Esta região tem o seu desenvolvimento para agricultura associado ao desmatamento do Cerrado, já que a legislação ambiental vigente para esse bioma é menos restritiva quando comparada ao bioma Amazônico. O código florestal brasileiro permite um uso para agricultura de 65-80% em propriedades localizadas no Cerrado, comparado a 20% nas propriedades amazônicas (RAUSCH *et al.*, 2019).

Além disso, a partir de 2006 os produtores de soja na região amazônica têm que respeitar a Moratória da Soja. Tal moratória estabelece que a soja produzida em zonas de desflorestamento é

impedida de ser comercializada, adquirir financiamentos públicos e registro ambiental rural (CAR) (GIBBS *et al.*, 2015).

Ao observar a evolução da área plantada das três culturas no período de 2001 a 2019, percebe-se a grande expansão da área produtiva da soja e a prevalência como a principal atividade do município desde sua emancipação.

Em 2001, havia cerca de 140 mil hectares de soja plantados e em 2019 esta área foi de aproximadamente 180 mil hectares (Figura 1). A cultura do milho teve grande contribuição no período de 2001 a 2004, mas perdeu espaço para as outras culturas nos anos subsequentes, provavelmente devido ao seu menor valor de mercado quando comparado à soja e ao algodão.

Em 2001, a área plantada de soja do município representava 22% do total das áreas desta leguminosa no estado da Bahia, em 2019 este número reduziu para 11%. O milho de Luís Eduardo Magalhães, em 2001 representava 5% do total da área do cultivo desta forrageira no estado da Bahia, em 2019 este valor reduziu para 3%. O algodão sofreu uma variação menor, em 2001 era 7% e em 2019 6%.

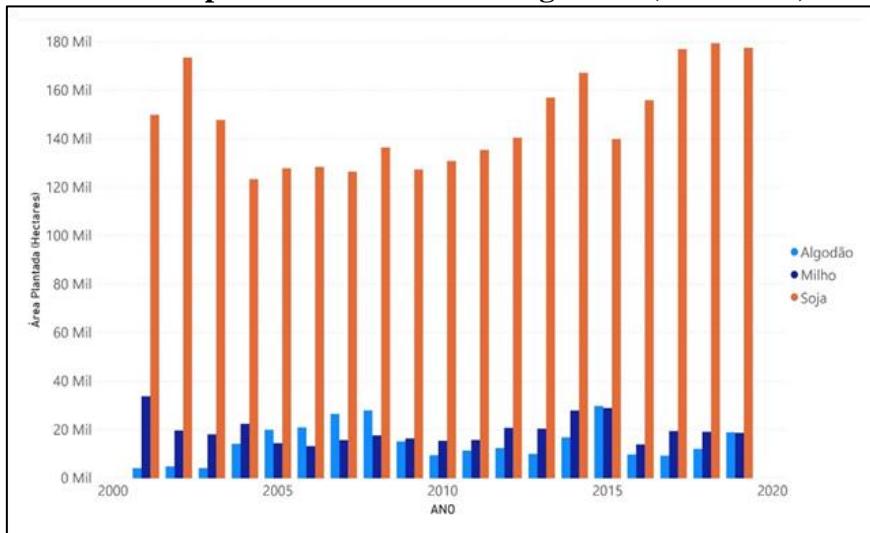
Isto se deve a expansão do agronegócio no estado da Bahia, principalmente em outros municípios da região Oeste. Essa mudança da área ocupada pela soja ocorre por causa das relações assimétricas do capitalismo e o grande poder de inovação tecnológica do agronegócio que passa a buscar outras áreas de produção com o intuito de aumentar sua capacidade de lucro dentro da ótica da “eficiência adaptativa” em que os agentes econômicos se adaptam rapidamente as mudanças relativas ao agronegócio (PORTES, 2017).

A mudança no uso da terra derivada da expansão da atividade do agronegócio também tem acarretado em aumento da insegurança alimentar dos habitantes da região, já que antes da expansão da soja

várias famílias produziam alimentos em suas propriedades e usufruíam de frutos e sementes de plantas e a caça de animais oriundos do Cerrado (LOPES; LIMA; REIS, 2021).

E consequentemente, com a ampliação da área cultivada da soja, essas atividades perderam espaço e foram engolidas pelas grandes propriedades monocultoras de soja.

Gráfico 1 - Série Histórica da área plantada no município de Luís Eduardo Magalhães (2001-2019)

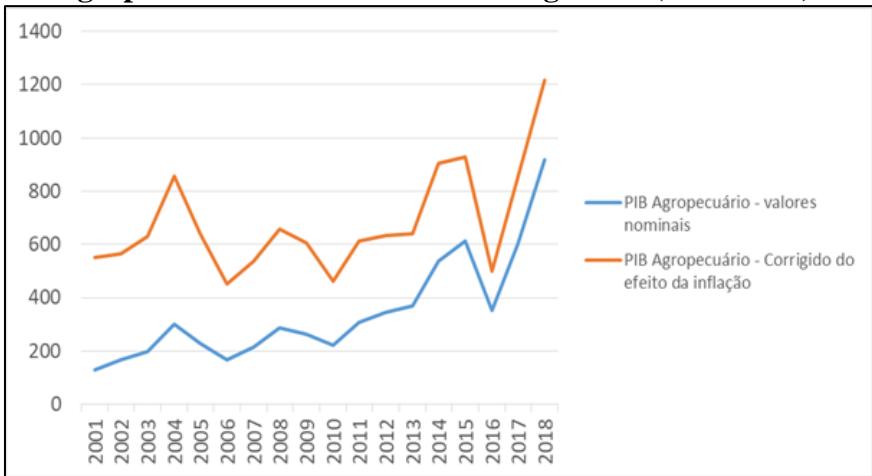


Fonte: IBGE (2021).

Em relação ao aspecto econômico, a região denominada MATOPIBA é caracterizada pela concentração de renda, onde 0,5 % dos empreendimentos concentram 80% de toda a renda gerada na produção agrícola, o que acarreta em aumento da desigualdade social

em áreas que já são conhecidas por serem carentes de recursos (WILDMARCK, 2020).

Gráfico 2 - Evolução do PIB do setor agropecuário em Luís Eduardo Magalhães (2001-2018)



Fonte: IBGE (2021).

Ao observar especificamente Luís Eduardo Magalhães, em 2017/2018 a cidade estava entre os 10 maiores em relação ao PIB Agropecuários do Estado, o que representou, em valores corrigidos para dezembro de 2020, de R\$ 853,37 milhões em 2017 e de R\$ 1.216,74 milhões em 2018, ou seja, um aumento de 70,14% entre os anos.

Interessante ressaltar que entre os 10 municípios com maior percentual no PIB Agropecuário da Bahia, sete estão localizados na região oeste do Estado (MATOPIBA). O município também está entre os 10 maiores PIB no setor de serviços, com 1,9% de aumento entre os anos de 2001 a 2019.

Em 2017, o PIB per capita passou de R\$ 57,44 milhões para R\$ 72,967 milhões, em valores nominais, o que representou o 6º maior do Estado. O Gráfico 2 demonstra o desenvolvimento do PIB Agropecuário do município dos anos de 2001 a 2018, em valores nominais e valores deflacionados para dezembro de 2020, pelo IGPDI, FGV.

Percebe-se pelos dados econômicos que o desempenho do município está intimamente ligado à expansão do agronegócio pelo Cerrado nordestino, especialmente a soja, no qual proporcionou uma grande capacidade de arrecadação de impostos e ainda trouxe uma expansão e modificação da área espacial do município.

Isso transformou o município em polo de atração de imigrantes, o que provocou um processo de urbanização acelerada que trouxe uma série de externalidades que precisam ser administradas no núcleo da área da cidade. Segundo estudo conduzido por Windmarck (2020), concluiu-se que houve um crescimento dos indicadores econômicos dos municípios da região do Cerrado de MATOPIBA, mas acrescido de aumento da desigualdade de renda.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,716 considerado alto pelos padrões analisados dentro deste índice, que leva em consideração a média da educação, saúde e renda. Assim, vamos buscar compreender os impactos disparados pelos recursos advindos da alta produtividade do agronegócio em relação aos padrões de vida dos habitantes. Pois, a cidade é um constructo transformador baseado em cortes e rupturas, onde adicionam tensões, irrompem as trocas e misturam semipermanentemente a vida das pessoas (BRAUDEL, 1995).

Em 2017 o município era o segundo maior da região da Bacia do Rio Grande no quesito número de estoque de empregos formais, atrás apenas do município de Barreiras. Sendo que havia 21.208

postos de emprego formal no estoque, sendo que destes, 3.035 eram destinados ao setor agropecuário.

Os maiores estoques de emprego formal foram observados nos setores de comércio e serviços, com 6.218 e 5.498 vagas respectivamente. A Tabela 2 demonstra o emprego formal no ano de 2017 divididos por rendimento médio e estoque de empregos por nível de instrução dos trabalhadores.

Tabela 2 - Estojo do emprego por instrução e rendimento em Luís Eduardo Magalhães (31/12/2017)

Nível de Instrução	Estoque do emprego	Rendimento médio
Sem instrução	94	R\$ 1.419,35
Até o 5º incompleto	614	R\$ 1.842,79
5º completo, fundamental	1.394	R\$ 1.842,73
Fundamental completo	1.947	R\$ 1.735,48
Médio incompleto	1.463	R\$ 1.577,55
Médio completo	11.365	R\$ 1.782,54
Superior incompleto	610	R\$ 2.557,94
Superior completo	3.069	R\$ 4.452,35

Fonte: BAHIA (2018).

Dentro do setor agropecuário, em 2017 o rendimento médio dos trabalhadores foi de R\$ 2.114,10, que quando corrigido para dezembro de 2020 corresponde a um valor de R\$ 3.000,66. E o município contava com 343 estabelecimentos agropecuários, o que representa 12,21% dos estabelecimentos do município.

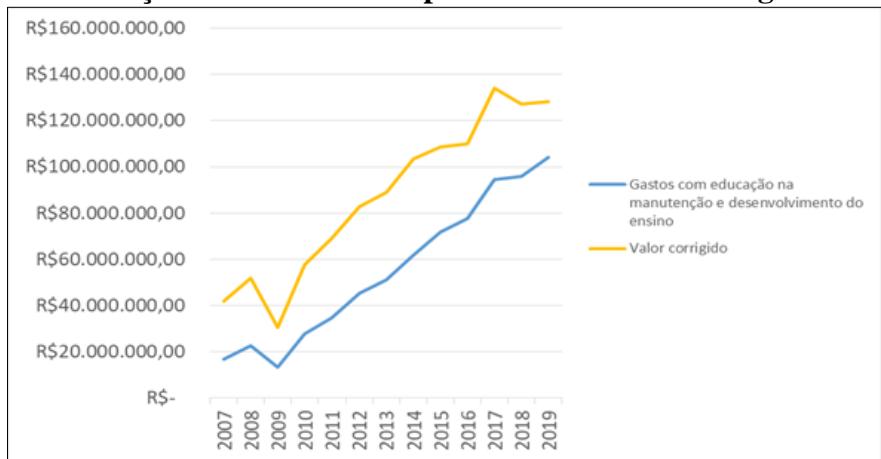
Em 2009, o rendimento médio dos trabalhadores era de R\$ 1.019,37, este valor corrigido para dezembro de 2020 (IGP-DI, FGV) corresponde a um valor de R\$ 2.364,63. Quando se compara os valores corrigidos em um período de 8 anos o rendimento médio do trabalhador teve um aumento de R\$ 636,02. Outros estudos sobre

a região demonstraram que esta oferta de emprego não é suprida pelos moradores que saíram da zona rural da região do MATOPIBA.

Tal fato ocorre porque muitos desses moradores deslocados não possuem estudo e qualificação para preencher as vagas, o que ocasiona sua marginalização ou alocação em empregos com baixa remuneração, o que agrava a crise social da região.

Além disso o sistema de cultivo da soja na região é altamente tecnificado, empregando poucas pessoas no setor, e as vagas abertas, por exigirem experiências com a cultura e maquinários próprios não abrange a população local (LOPES; LIMA; REIS, 2021).

Gráfico 3 - Evolução do índice de desenvolvimento da educação básica no município de Luís Eduardo Magalhães



Fonte: INPE (2021).

Em termos de evolução da educação no município o Gráfico 3 demonstra o índice de desenvolvimento da educação no período de 2005 a 2017. A meta do governo federal para este índice é atingir valores observados da média dos países da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ODCE), ou seja, um valor numérico de 6,0 em 2022.

Em 2017 o município teve o índice de 5,5 para os anos iniciais e 4,8 para os anos finais. Observa-se um crescimento do indicador no período avaliado, indicando melhorias no sistema educacional básico público do município.

Esta melhoria nos indicadores da educação básica está alinhada aos maiores investimentos em educação observados no município. Em 2007 os gastos neste setor, em valores deflacionados, foram de aproximadamente R\$ 42 milhões, e em 2019 aproximadamente R\$ 128 milhões, um crescimento superior a 300% (Gráfico 4).

Percebe-se um grande esforço do poder público municipal no investimento da educação, pois a educação é um investimento no capital humano que representa um gasto de recursos para aumentar a produtividade no futuro (MANKIW, 2013).

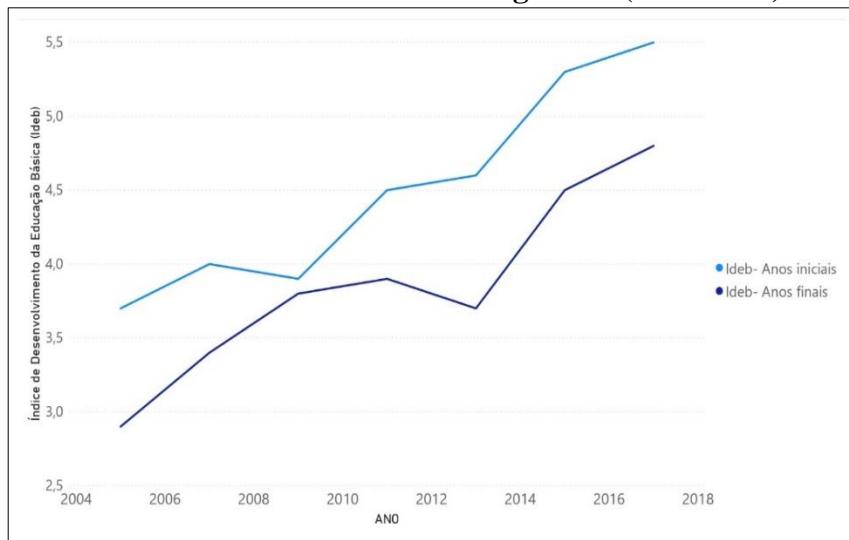
Todavia, apesar dos amplos investimentos destinados à educação especialmente na área da educação básica, o município apresentava 14.228 habitantes sem instrução e fundamental incompleto, em 2010 (IBGE), o que apresenta um grande desafio ao governo municipal produzir políticas públicas que visem diminuir esse quadro relativo a esse déficit educacional.

Cabe ressaltar que procuramos dados atualizados sobre o avanço do processo educacional do município, no entanto não encontramos. Tal fato, não permite analisar os esforços do município para efetivar uma educação que promova o acesso ao processo social da educação desse grupo sem instrução e fundamental incompleto dentro da perspectiva de valorização das pessoas desse grupo.

Deve-se ressaltar que a educação é um direito constitucional previsto na Constituição de 1988, cuja responsabilidade deve ser

executada pelo gestor público com o intuito de promover a inserção das pessoas dentro da órbita da cidadania.

Gráfico 4 - Gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino em Luís Eduardo Magalhães (2007-2019)

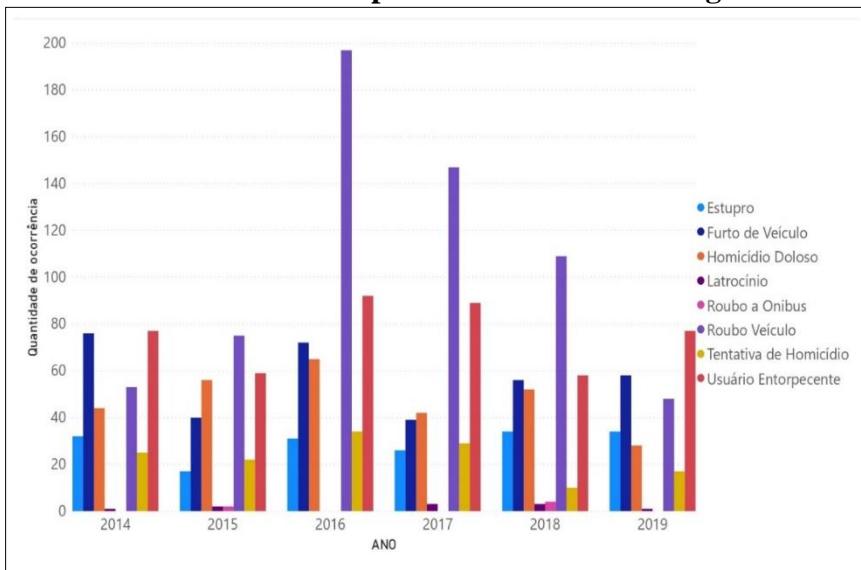


Fonte: BAHIA (2018).

Na questão da segurança pública do município, as maiores ocorrências são de furto e roubo de veículos, homicídio doloso, estupro e uso de drogas (Gráfico 5). Observa-se uma leve redução na quantidade de ocorrências no período de 2014 a 2019, de 308 ocorrências para 263.

Mas a participação do município nas ocorrências registradas dentre todos os municípios da região (Regional Barreiras) aumentou consideravelmente no período, sendo em 2007 de 28% e em 2019 45% (Gráfico 6).

Gráfico 5 - Quantidade de ocorrências no período de 2014 a 2019 no município de Luís Eduardo Magalhães



Fonte: BAHIA (2021).

Para Santos (2013), o processo de especialização de uma região ligada ao consumo produtivo da ordem capitalista produz reflexos diretos e indiretos na área do município, onde o núcleo urbano busca adaptações e reformas em prol de reorganizar-se e recriar-se para suprir as necessidades da atividade proeminente na esfera do município.

Por consequência, o município de Luís Eduardo Magalhães teve um grande crescimento populacional desde sua emancipação, atingindo uma população estimada de 90.162 habitantes para o ano de 2020, segundo o IBGE, em consequência da expansão do agronegócio na esfera do município.

Este crescimento rápido e desordenado do município, associado aos crescentes incentivos ao desenvolvimento do agronegócio na região acarretaram impactos ambientais significativos. Em estudo conduzido por Santos e Souza (2013), analisando dados de agosto de 2009 a julho de 2021, as maiores ocorrências ambientais urbanas registradas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente foram esgoto e transbordo de fossas, poluição sonora e poluição do solo/lixo.

Em que 54% dos registros estavam relacionados à falta de saneamento básico na cidade, como esgoto a céu aberto, transbordo de fossas, que ocasionam além do odor desagradável um grande risco a saúde da população. Em relação a poluição do solo/lixo, os autores ressaltam que a coleta pública de lixo foi alvo de 85 reclamações (7%), sendo a quarta classe mais reclamada no período do estudo. Isto demonstra que além do problema de esgoto a céu aberto, transbordo de fossas, há também ineficiência da coleta pública do lixo, o que também gera um grande risco a saúde da população.

No que se refere ao desmatamento, avaliações conduzidas na bacia do Rio das Ondas (abrangência dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), demonstram que até o ano de 2014 o Cerrado foi alvo de desmatamento na ordem de 2.705,2 km², representando 48,5% da bacia convertida para atividades agrícolas e pecuárias neste ano, sendo que no período de 1984 a 2014 a bacia teve um incremento em área desmatada de 811%.

A conversão do Cerrado para o cultivo da soja na região do MATOPIBA acarretou em mudanças hidrológicas significativas e já estudadas pela comunidade científica (LOPES; LIMA; REIS, 2021; POUSA et al., 2019). Há um decréscimo da infiltração de água no solo em monoculturas de soja (OLIVEIRA *et al.*, 2014). A mecanização intensa também impacta na infiltração de água no solo (CARVALHO *et al.*, 2009). O cultivo da soja aumenta o uso da água

verde presente no ecossistema, reduzindo assim a quantidade de água disponível no solo (FLACH *et al.*, 2020).

Além das mudanças hidrológicas, há um aumento da temperatura média na região do MATOPIBA, as chuvas se tornaram mais esparsas e rios antes abundantes começaram a reduzir seu aporte de água, onde alguns já se tornaram intermitentes (LOPES; LIMA; REIS, 2021). Além do desmatamento, observou-se também a implantação da agricultura irrigada com sistema de irrigação do tipo pivô central, sendo que em 2014 foram totalizados 190 pivôs centrais na bacia do rio (ALMEIDA; LATUF; SANTOS, 2016).

Os impactos ambientais tanto urbanos quanto rurais no município acarretam risco à saúde humana, perda de biodiversidade, poluição do solo e águas superficiais e profundas, aumento da competição por água, aumento das emissões de gases do efeito estufa e alterações nos regimes de chuvas e temperatura (ADEDIRE, 2002).

Em Luís Eduardo Magalhães ocorreu um grande impulso econômico oriundo da expansão do agronegócio, especialmente a soja. Isso, transformou o município em um núcleo de atração populacional, o que provocou uma série de externalidades positivas quanto negativas na órbita do município devido ao aumento vertiginoso da população. Atualmente, o grande desafio do município é buscar políticas públicas adequadas para compatibilizar o sistema produtivo com o desenvolvimento humano e social dos habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da expansão do agronegócio na região de MATOPIBA provocou um grande surto de expansão da produção

nuclear da soja e, como consequência disparou uma série de externalidades positivas e negativas na região, o que transformou a região em um polo de atração de imigrantes em busca de melhorarem sua posição material por meio das atividades surgidas para atender o sistema produtivo do agronegócio.

Tal dinamização provocou o fenômeno de formação urbana da cidade de Luís Eduardo Magalhães que surgiu em um ponto estratégico do sistema produtivo da agricultura moderna da soja. Todavia, o município teve um crescimento vertiginoso populacional, no qual trouxe uma série de problemas de ordem social dentro da esfera dos habitantes citadinos.

Apesar da ampla arrecadação de impostos do município, há a ocorrência de vários problemas sociais e ambientais como falta de saneamento básico, aumento da violência, grande número de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, destruição acentuada da área do Cerrado, dentre outros.

Desta forma, percebe-se que o governo do município de Luís Eduardo Magalhães possui uma estratégia conduzida pela valorização econômica voltada ao agronegócio, o que provoca grandes desigualdades sociais que se expressam significativamente na teia urbana do município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S.; LATUF, M. O.; SANTOS, P. S. “Análise do desmatamento na bacia do rio de ondas no período de 1984 a 2014, Oeste da Bahia”. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 38, n. 1, 2016.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo:**

séculos XV-XVIII. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CARVALHO, J. *et al.* “Carbon sequestration in agricultural soils in the Cerrado region of the Brazilian Amazon”. **Soil and Tillage Research**, vol. 103, n. 2, 2009.

FLACH, R. *et al.* “The effects of cropping intensity and cropland expansion of Brazilian soybean production on green water flows”. **Environmental Research Communications**, vol. 2, n. 7, 2020.

GIBBS, H. K. *et al.* “Brazil’s Soy Moratorium”. **Science**, vol. 347, n. 6220, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Censo Agropecuário”. **IBGE** [2017]. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/09/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Censo Demográfico”. **IBGE** [2021]. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/09/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa Agrícola Municipal”. **IBGE** [2017]. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/09/2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Brasília: INEP, 2018.

LIMA, M. *et al.* “Demystifying sustainable soy in Brazil”. **Land Use Policy**, vol. 82, 2019.

LOPES, G. R.; LIMA, M. G. B.; REIS, T. N. P. “Maldevelopment revisited: Inclusiveness and social impacts of soy expansion over Brazil’s Cerrado in Matopiba”. **World Development**, vol. 139, 2021.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

MAZOYER, M., ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

OLIVEIRA, P. *et al.* “Trends in water balance components across the Brazilian Cerrado”. **Water Resources Research**, vol. 50, n. 9, 2014.

PORTE, J. **50 ideias de capitalismo que você precisa conhecer**. São Paulo: Editora Planeta, 2017.

POUSA, R. *et al.* “Climate change and intense irrigation growth in Western Bahia, Brazil: The urgent need for hydroclimatic monitoring”. **Water**, vol. 11, n. 5, 2019.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **M. Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

RAUSCH, L. L. *et al.* “Soy expansion in Brazil’s Cerrado”. **Conservation Letters**, vol. 12, 2019.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da USP, 2013.

SEI/BA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da

Bahia. “Anuário Emprego Formal”. **Portal da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia** [2018]. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 10/09/2021.

SESP/BA - Secretaria De Segurança Pública Da Bahia. “Estatísticas de informações criminais”. **Portal da Secretaria de Segurança Pública da Bahia** [2021]. Disponível em: <www.ssp.ba.gov.br>. Acesso em: 10/09/2021.

TCMBA - Tribunal De Contas Dos Municípios Do Estado Da Bahia. “Município Luís Eduardo Magalhães”. **Portal Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia** [2021]. Disponível em: <www.tcm.ba.gov.br>. Acesso em: 10/09/2021.

WIDMARCK, J. J. A. “Em busca do desenvolvimento territorial rural do Matopiba: uma análise do Cerrado”. **Economia Ensaios**, vol. 32, n. 2, 2020.